Direcção de Serviços de Assuntos de Defesa, Segurança e Desarmamento

Avlso

Por ordem superior, torna-se público que o Governo do Reino da Espanha depositou a 5 de Novembro de 1987, em Moscovo, o instrumento de acessão ao Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 14 de Dezembro de 1987. — O Director-Geral, *José Cutileiro*.

Avlso

Por ordem superior, torna-se público que o Governo do Reino da Espanha depositou a 5 de Novembro de 1987, em Washington, o instrumento de acessão ao Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 14 de Dezembro de 1987. — O Director-Geral, *José Cutileiro*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 7/88

de 6 de Janeiro

A Portaria n.º 654/87, de 27 de Julho, cuja publicação foi precedida de audição das comissões regionais de caçadores, definiu que a caça aos patos, galinhas-d'água e galeirões terminasse a 31 de Janeiro, como, aliás, vinha acontecendo desde 1977, com vista a proteger a nidificação daquelas espécies.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 311/87, de 10 de Agosto, veio permitir também durante o mês de Fevereiro a caça às aves aquáticas, em cujo grupo se enquadram as espécies mencionadas.

Atendendo a que se mantêm as razões que têm determinado a antecipação do fecho da caça àquelas espécies e com fundamento no disposto na alínea *a*) do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 311/87:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, que a caça aos patos (espécies dos géneros *Anas* e *Aythya*, que constam da lista 1 anexa ao Decreto-Lei n.º 311/87, de 10 de Agosto), galinhas-d'água e galeirões só seja autorizada até ao dia 31 de Janeiro.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 15 de Dezembro de 1987.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.

Portaria n.º 8/88

de 6 de Janeiro

Considerando que no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3828/85, que institucionalizou o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal

(PEDAP), foi aprovada pela Comissão das Comunidades Europeias (CEE) a 1.ª fase do Programa dos Centros de Formação Profissional de Técnicos e Centro de Investigação Agrária:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/87, de 4 de Março, o seguinte:

1.º O Programa dos Centros de Formação Profissional de Técnicos e Centro de Investigação Agrária, adiante designado «Programa», tem como objectivos gerais o desenvolvimento da divulgação e da formação, bem como a melhoria dos equipamentos para a formação agrícola, incluindo a investigação [alínea *a*) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 3828/85].

São especificamente objectivos deste subprograma os seguintes:

- A criação e o funcionamento de centros de formação de divulgadores agrícolas;
- A formação especializada de docentes;
- A formação de divulgadores, incluindo a formação complementar dos divulgadores já em funções;
- A construção e o equipamento do Centro de Tecnologia Química e Biológica para a Agricultura (CTQBA).

2.º O Programa tem uma duração de nove anos, estando aprovado o orçamento para uma 1.ª fase de quatro anos.

3.º As acções a empreender podem agrupar-se do seguinte modo:

- a*) Construção e equipamento de instalações para as actividades de formação profissional pós-graduada de técnicos;
- b*) Construção e equipamento do CTQBA;
- c*) Realização de cursos e acções de formação para vulgarizadores generalistas e especializados e especialistas em relação aos grandes grupos de produtos agrícolas, aos sistemas de agricultura predominantes nas regiões agrícolas e aos diferentes domínios técnico-científicos;
- d*) Execução de programas e projectos de I-DE que possibilitem a criação de novos conhecimentos e novas tecnologias e contribuam para a resolução dos problemas concretos da agricultura numa perspectiva nacional e regional.

4.º O Programa é de âmbito nacional e será concretizado através de projectos cuja área geográfica de influência mantém correspondência com as actividades de estações nacionais de I-DE do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), de centros experimentais das direcções regionais de agricultura e da QUIMIGAL e das instituições do ensino universitário e superior agrários, bem como com os sistemas agrícolas predominantes nas respectivas áreas de influência.

5.º Os beneficiários do Programa são as instituições de investigação e de ensino no âmbito da agricultura, designadamente do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (MAPA), as direcções-gerais e regionais de agricultura deste Ministério e as organizações e empresas do domínio público, cooperativo e privado com funções e atribuições, devidamente credenciadas no âmbito da formação profissional de técnicos e da investigação agrícola.